



Receba nossos informativos online.
Cadastre seu e-mail no site
www.sindsep-pe.com.br



Trabalhadores nas **ruas** contra **retrocesso** do Congresso Nacional

▶ páginas 7 e 8



Ocupe **Estelita** em um movimento para tornar o **Recife** mais inclusivo

▶ página 14

Entenda por que a Câmara aprovou o **financiamento privado**

▶ páginas 5 e 6

Comunicação pública à espera das **rádios** e **TV** universitárias

▶ páginas 12 e 13



Cultura popular perde **Selma do Coco**

▶ página 3



O Brasil dos desesperados

Com o resultado apertado nas urnas, em 2014, a elite brasileira viu a possibilidade de colocar o Brasil fora dos trilhos. Não pode ser outra a interpretação para tanto desespero das oposições e dos meios de comunicação. Admitamos que seja normal um certo teor de exagero por parte daqueles que perdem as eleições. Admitamos, ainda, que a grande imprensa trabalhe em prol daqueles que lhes financiam. Mesmo com esses descontos, há algo de imponderável no noticiário e na pauta política atual. É como se não houvesse limites para o jogo sujo, o escárnio, a inconsequência.

Vejam só quem anda fazendo peneira e se instituindo paladino da ética e da decência. Não que concordemos com o que ocorreu no mensalão e na Petrobras. Que os culpados sejam punidos e que prevaleça as práticas da boa política e da transparência. Mas é que há uma irracionalidade para além do suportável: é como se os ladrões quisessem ensinar como se evitar arrombar portas. Há um ódio contra conquistas obtidas pelas pessoas mais humildes, como se fosse proibido que determinada classe tivesse acesso à dignidade, como se o privilégio de alguns fosse regra e a equidade a exceção.

A elite do país dos senhores de engenho trabalha para que as lutas das organizações sociais e dos trabalhadores sejam criminalizadas. Somente podem ser legais as extorsões

dos banqueiros, dos monopólios das operadoras de telecomunicações, dos transportes urbanos, das distribuidoras de combustíveis e de outros inúmeros grupos econômicos que se acham no direito de não dar satisfação a ninguém: nem a governos nem à sociedade?

Os governos de Lula e de Dilma impuseram, ainda que timidamente, a obrigação de que todos fossem tratados como iguais perante a lei. Que houvesse acesso à educação para todos, valorização do salário mínimo, reconhecimento dos direitos das domésticas, bolsa escola, bolsa família, intercâmbio como o Ciência sem Fronteiras, entre outros avanços que fez a Casa Grande ter ânsia de vômito. E daí surge o desespero. Aqueles que sempre viveram em céu de brigadeiro veem fantasmas por todos os lados e vão às ruas, com a cara mais cínica, pedir impeachment, golpe militar, volta da ditadura.

Cabe à sociedade organizada e ao povo em geral impor uma agenda que barre qualquer tipo de retrocesso e qualquer oportunismo como querem os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Eduardo Cunha e Renan Calheiros. É hora ir às ruas e defender a democracia, os direitos dos trabalhadores e a dignidade do nosso povo.

Isac Santos
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE

Condsef negocia demandas específicas

Paralelo com às discussões da campanha salarial 2015, a Condsef vem negociando com o Ministério do Planejamento demandas específicas de servidores da sua base. A última reunião dessa natureza ocorreu no dia 20 de maio para tratar da extensão da Lei 12.277 (carreiras transversais); novo cálculo da gratificação de desempenho na aposentadoria; e inclusão de novos cargos do Ministério da Saúde para receber a Gacen e Gecen.

O secretário de Relações do Trabalho do Planejamento, Sérgio Mendonça, informou que o governo continua fazendo estudos para saber o impacto no orçamento da extensão da Lei. O gestor garantiu que em junho deve se apresentar uma proposta à categoria e já adiantou alguns números. O reajuste das carreiras transversais deve atender 438 mil servidores, sendo 200 mil do PGPE, 165 mil da Carreira da Previdência Saúde e Trabalho, 20 mil do PECFAZ, 14 mil da Carreira de Tecnologia Militar e 39 mil de outras carreiras.

O governo também só deve dar uma resposta em junho sobre a modificação do cálculo da gratificação de desempenho para fins de aposentadoria. A proposta da Condsef é fazer a média dos cinco últimos anos. Nesse caso, seriam beneficiados 134 mil servidores ativos e 70 mil aposentados. Existem alguns órgãos como Incra, Ibama e AGU, onde a gratificação de desempenho é concedida por valor e não por pontuação. O governo se comprometeu em transformar as cifras em pontos e assim contemplar a todos.

Sobre a inclusão de novos cargos na Gacen e Gecen, o governo está discutindo o assunto na mesa de negociação permanente da saúde. Assim como a criação da gratificação do Sesai, o pleito deve ser discutido e concluído em breve.

O legado da tapioqueira mais famosa de Pernambuco

Um legado que será transmitido de geração em geração. Esse era o maior desejo da tapioqueira mais famosa de Pernambuco, Selma Ferreira da Silva, conhecida como Dona Selma do Coco, antes de sua morte, ocorrida no dia 9 de maio. Em suas últimas entrevistas, fazia questão de afirmar que suas netas, bisnetos e parentes dariam continuidade ao seu trabalho, na divulgação do coco de roda.

Em seus últimos shows, devido ao avançar da idade - ela faleceu com 85 anos -, Dona Selma já não cantava todas as músicas. Deixava que suas netas e a sua ex-nora, Jaqueline Leite, o fizessem. "Ela já estava bem cansada. Então cantava a metade do show. Depois pedia para que a gente continuasse", comentou Jaqueline.

Selma do Coco deixou dez netos, seis mulheres, e mais de 20 bisnetos. Além de Jaqueline, as netas formam o grupo *As Netas de Selma do Coco*. O conjunto não é novo, já se apresentou no Carnaval do Recife, em 2013, 2014 e 2015. "Ela sempre gostou muito de cantar e passou isso para a gente. Já fiz vários shows com a minha avó, em diversos lugares, e ela sempre estava muito feliz. Isso contagiava todos nós", comentou a neta Adriana Ferreira.

A carreira de Selma do Coco começou a decolar muito recentemente. Em 1996, participou do festival Abril Pro Rock, conquistando a plateia com sua música e alegria. *A rolinha* foi o seu maior sucesso. "Ela sempre cantou, mas nunca profissionalmente. Até que Chico Science a conheceu e a apresentou aos produtores do Abril Pro Rock. Aí ela conheceu o sucesso", complementou o marido de uma das netas, Josesilton Costa. Antes disso, Dona Selma cantava coco enquanto vendia suas tapiocas no Alto da Sé, em Olinda. Ela promovia festas no quintal da sua casa para amigos. "Ela organizava um centro de Jurema, quando morava no Guadalupe (Olinda). As reuniões sempre acabavam em roda de coco. O *rá rá*, característico de suas músicas, veio dessa época. Era uma entidade que dava esse grito", afirmou Costa.

Pernambucana de Vitória de Santo Antão, Selma do Coco viveu no interior até os 10 anos, quando travou os primeiros contatos com as festas juninas e as músicas da região, como o coco de roda. Depois, mudou-se com a família para o Recife. Casou-se muito jovem e, aos 30



Netos e bisnetos de Dona Selma estão com a responsabilidade de manter vivo o legado da artista



anos, depois de ter um filho (Zezinho) e criar 13 sobrinhos, ficou viúva. Passou 15 anos no bairro da Mustardinha, ainda no Recife, até trocar a capital por Olinda, onde passou a vender tapioca.

O SUCESSO

Depois do sucesso do Abril Pro Rock, Dona Selma fez shows pelo Brasil e pela Europa, lançando o primeiro disco com composições próprias, *Cultura Viva*, na Alemanha, em 1998. Em seguida, o disco foi lançado no Brasil com o nome de *Minha História*. A gravação lhe valeu o Prêmio Sharp. Nos anos seguintes, apresentou-se no *Festival Lincoln Center*, em Nova York, e no *New Orleans Jazz & Heritage Festival*, em Nova Orleans, além de fazer shows na Alemanha, França, Bélgica, Espanha, Suíça e Portugal.

Durante a excursão pela Europa, atendendo a um convite do Instituto Cultural de Berlim, gravou o disco *Heróis da Noite*, ao lado de cantores africanos. Durante sua carreira meteórica, lançou oito discos e ganhou o título de patrimônio vivo de Pernambuco, em 2008.

Além de manter o grupo *As Netas de Selma do Coco*, a família de Dona Selma quer propagar sua história através da retomada do Espaço Cultural Selma do Coco, inaugurado em 2010, em sua antiga casa do Guadalupe. O local, fechado desde 2013, tem sala de fotos, troféus e títulos, espaço para festas de coco e um estúdio para ensaio de músicos locais. ◀

CHARGE SAMUCA



ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife - PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.500 exemplares

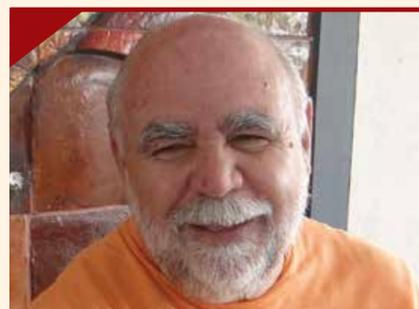
Da ontologia política negativa à agenda das reformas

A palavra de ordem do momento é a reforma política. Tema sobre o qual todo mundo parece estar de acordo, mas sobre o que não há o menor consenso em como fazê-la. Cada um tem uma proposta diferente sobre o conteúdo dessas reformas. E há quem também discorde da maneira como deve ser encaminhada: Constituinte exclusiva ou uma reforma congressual? Seria possível uma Assembleia especificamente eleita para cuidar do assunto ou toda Constituinte é plenipotenciária para mudar a Constituição?

Não é tarefa fácil fazer esta reforma. Pois trata-se da sobrevivência dos próprios atores políticos brasileiros, dos partidos, dos candidatos, do Poder Executivo, os parlamentares etc. E cortar na própria carne não é exatamente o que costumam fazer os nobres deputados. Não se deve fazer uma reforma política “à la carte”, pensando nos próprios interesses ou nos interesses de sua legenda. O ideal seria que os ilustres parlamentares pensassem apenas no interesse público, no melhor para República brasileira, não para si e seu partido.

A origem do pensamento político brasileiro está ligada às ontologias políticas negativas, à ideia da miséria política brasileira, da inadequação das doutrinas políticas importadas dos outros países (o liberalismo, o socialismo, a democracia, o federalismo, o presidencialismo etc). As reflexões de Tavares Bastos, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, sobre “o idealismo da Constituição” e a necessidade de “um autoritarismo instrumental mostram a pobreza da nossa reflexão sobre a política e o modelo político brasileiro. A isso viria se somar a maldição da herança (burocrática e patrimonialista) ibérica, entendida como fonte inevitável de corrupção na administração pública do país.

Foi preciso esperar pela década dos 1990 e a agenda das reformas institucionais – anunciadas por Collor, mas realizadas por FHC – para introduzirmos de maneira canhestra a discussão sobre a engenharia política brasileira. Começou, entre nós, um debate (de inspiração anglo-saxã) que modelo eleitoral, partidário, federativo seria o mais adequado para o país. Iniciou-se então o debate sobre o estado atual das instituições, sua patologia, sua inadequação. Regime eleitoral (proporcional) que não ajudava o controle e o acesso do eleitor ao seu



“Nenhuma proposta de reengenharia institucional dará certo sem uma profunda mudança da cultura política e da generalização de oportunidades sociais para os mais pobres”

clandestino de troca de favores para a realização de obras e falcaturas, que enchem a crônica policial dos noticiários da TV e do jornalismo impresso. Segundo estimativa do ex-presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, 50% dos candidatos são eleitos por empresas e grandes grupos econômicos no Brasil. Estimativa conservadora, por certo. A proposta da OAB ainda defende outros pontos, como o voto na lista fechada, e não em candidatos, a proibição de coligação nas eleições proporcionais e o fim de suplentes de senadores.

Nenhuma proposta de reengenharia institucional no país dará certo sem uma profunda mudança da cultura política brasileira, da adoção de uma verdadeira cultura cívica, da exposição de bons exemplos, da punição exemplar de corruptos e corruptores e, acima de tudo, da generalização de oportunidades sociais para os mais pobres e desamparados. Não se pode ter ilusão sobre os milagres que o “messianismo jurídico” operará no Brasil, a despeito das desigualdades econômicas, educativas, regionais. Enquanto não se olhar para esse quadro profundo de iniquidades sobre o qual se pretende erguer o edifício das reformas institucionais, estamos fadados ao círculo vicioso da miséria e da corrupção. E na transformação das vítimas em réus, destinados às masmorras e matadouros públicos, chamados presídios e cadeias. E não escolas de ressocialização e convivência democrática. ◀

representante. Regime partidário libérrimo que estimulava a fragmentação congressual e a corrupção política. Regime de financiamento privado, que permitia o abuso escancarado do poder econômico. Hipertrofia do Poder Executivo, judicialização da política. Federalismo anômalo. E uma obrigatoriedade do voto, responsável pela apatia política e a venda dos eleitores.

De eleição a eleição, acentuavam-se os defeitos e os problemas da representação política no país, no funcionamento dos partidos e no financiamento das campanhas eleitorais. O ponto alto dessa crise se deu com as jornadas de junho de 2013, que obrigou a presidenta a propor uma reforma política, com uma constituinte exclusiva, apoiada numa mobilização popular. Naturalmente que tal proposta suscitou reações em vários campos: no Judiciário, no Legislativo, na OAB etc.

Há, no Congresso Nacional, três propostas de mudança nas regras do jogo político no país: uma da OAB/CNBB, uma do Partido dos Trabalhadores e outra do PMDB. As duas primeiras têm pontos em comum, sobretudo, no que diz respeito ao financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. A do PMDB mantém o financiamento privado, embora as empresas só possam fazer doação a um único partido ou candidato. As propostas mais republicanas são as duas primeiras, pois o financiamento privado das campanhas eleitorais tem sido a principal fonte de abuso e corrupção pelo poder econômico das eleições proporcionais e majoritárias no Brasil. A manutenção do atual modelo de financiamento das candidaturas aproxima as eleições de um negócio escuso,

Após golpe de Cunha, Câmara aprova financiamento privado

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deu um novo golpe na sociedade brasileira e conseguiu aprovar a constitucionalização do financiamento privado de campanha. Como um monarca absolutista que defende os interesses do empresariado nacional, Cunha comanda a Câmara e dá novos rumos a um país que estava caminhando para a modernidade e retorna ao passado em um retrocesso sem precedentes.

No dia 27 de maio, Eduardo Cunha driblou um acordo que fez no colégio de líderes e com os partidos, e colocou em votação a constitucionalização das doações de empresas, por meio da PEC 182/07 do deputado Celso Russomanno (PRB/SP). A PEC foi aprovada com 330 votos favoráveis, 141 contra e uma abstenção. Agora, Cunha pode dizer aos empresários que financiaram a sua campanha com R\$ 6,4 milhões, que fez a sua parte. Na mesma ocasião, a Câmara rejeitou por 343 votos contra e 56 a favor, outra emenda que estabelecia o financiamento exclusivamente público de campanha.

O ato de Cunha deixou estarecidos os deputados que não participaram do seu complô. Isso porque um dia antes, outra matéria sobre o mesmo assunto já havia sido rejeitada pelo plenário da Casa. E horas antes da rejeição, Cunha se reuniu com lideranças dos partidos e acordou que seria feita uma única votação sobre financiamento privado, sem desmembrá-la, ou seja, sem analisar a doação direta para candidatos ou para partidos.

O acordo não durou mais de um dia. Depois de contatar vários deputados e fazê-los mudar de ideia – não se sabe a que custo – Cunha abriu a sessão do dia 27 anunciando, sem qualquer pudor, que colocaria o financiamento privado para ser votado novamente. Parlamentares do PT, PSOL e PCdoB protestaram contra o segundo turno proposto pelo presidente da Casa.

Com a constitucionalização das doações, o sistema político brasileiro torna-se, oficialmente misto, com dinheiro público, do Fundo Partidário e do horário eleitoral gratuito, e privado, de doações de pessoas e empresas. A proposta terá que ser votada ainda em segundo turno na Câmara e, após isso, segue para o Senado. Lá também precisa ter o apoio de pelo menos 60% dos senadores para entrar em vigor.



MANOBRAS Deputados voltam atrás e aprovam doações privadas nas eleições

Financiamento privado

Saiba como votou a bancada pernambucana na PEC da corrupção



Votaram Sim

Mendonça Filho (DEM)
Daniel Coelho (PSDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Fernando Coelho Filho (PSB)
Kaio Maniçoba (PHS)
Fernando Monteiro (PP)
Anderson Ferreira (PR)
João Fernando Coutinho (PSB)
Silvio Costa (PSC)
Betinho Gomes (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)
Adalberto Cavalcanti (PTB)
Jorge Côrte Real (PTB)
Ricardo Teobaldo (PTB)
Zeca Cavalcanti (PTB)
Augusto Coutinho (Solidariedade)



Votaram Não

Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB)
Luciana Santos (PCdoB)
Wolney Queiroz (PDT)
Raul Jungmann (PPS)
Gonzaga Patriota (PSB)
Marinaldo Rosendo (PSB)
Pastor Eurico (PSB)
Tadeu Alencar (PSB)

A medida traz ainda o risco da volta das chamadas doações ocultas, já que não há no texto a determinação de que haja a declaração detalhada da origem e do destino das doações recebidas, como ocorre hoje. “Esse engodo de reforma é trocar seis por meia dúzia. Não muda nada, além de institucionalizar a corrupção”, salientou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira. Confira ao lado como votaram os deputados federais de Pernambuco.

MAIS ALTERAÇÃO

Além do financiamento privado, os deputados também discutiram outros pontos da reforma política. Na votação do dia 27, a Câmara dos Deputados aprovou o fim da reeleição para presidente da República, governador e prefeito. Na do dia anterior, 26 de maio, Eduardo Cunha não conseguiu que os deputados aprovassem o distrito. Foram apenas 210 votos favoráveis, quando seriam necessários 308 para aprovar a emenda constitucional.

O distrito acabaria o quociente eleitoral e os candidatos mais votados seriam eleitos. Dessa forma, as cadeiras seriam preenchidas sem considerar a importância dos partidos, o que iria encarecer ainda mais as campanhas individuais, enfraquecer as legendas e as minorias. A discussão sobre a reforma política continuou dia 28, quando os deputados aprovaram a manutenção das coligações proporcionais.

PEC 182/07 institucionaliza a corrupção no Brasil

O financiamento empresarial de campanhas políticas é a origem de grande parte da corrupção do sistema político brasileiro. Ele beneficia políticos e empresários corruptos que trocam favores em um toma lá dá cá sem escrúpulos. Empresários financiam as campanhas dos políticos e querem o investimento de volta em lucro.

O financiamento privado acaba gerando licitações fraudulentas e dispensa de licitação de obras, sempre superfaturadas, além de votação de projetos que beneficiam tão somente os grandes grupos econômicos. O maior exemplo dessa relação público/privada foi a recente aprovação, pela mesma Câmara de Deputados, da ampliação da terceirização para todas as atividades do mercado de trabalho brasileiro, em um flagrante desrespeito à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Há também denúncias que estão sendo apuradas contra diretores da Petrobras, que vinham beneficiando empresas brasileiras desde o período do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em troca, essas empresas teriam financiado as campanhas de políticos de diversos partidos. No entanto, esse tipo de acordo não se restringe apenas a uma empresa. Se propaga, há anos, pelos diversos órgãos e empresas públicas dos inúmeros municípios e estados brasileiros.

O CASO STF

A rapidez com que o tema foi trazido de volta à votação pode ter relação com o julgamento da questão no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma mudança tão importante para o Brasil jamais poderia ser levada à votação a toque de caixa, sem um debate profundo com a população. No STF, as doações de empresas são alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para o órgão, os candidatos não poderiam contar com financiamento empresarial.

Em abril de 2014, a maioria dos ministros do Supremo se colocou a favor da proibição de doações de empresas privadas. Foram seis votos favoráveis, dos 11 ministros. Os magistrados entenderam que essas doações provocam desequilíbrio no processo eleitoral. Mas, quando o ministro Gilmar Mendes viu que seus pares iam ser contrários ao financiamento privado, interrompeu o julgamento com um pedido de vista.

Diante da jogada de Gilmar Mendes, que vinha sendo acusado de ter feito um acordo com Eduardo Cunha para parar o julgamento deste, a população chegou a fazer um movimento nas redes sociais brasileiras intitulado #devolvegilmar.



CONCHAVALO Deputados beneficiam seus doadores

Movimentos sociais vão intensificar pressão popular

Diante de mais uma derrota imposta pela Câmara dos Deputados à sociedade brasileira, os movimentos sociais pretendem voltar a se articular em torno da campanha pela realização de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político.

“Com essa votação, fica mais do que claro que não haverá nenhuma mudança significativa vinda do Congresso para favorecer a sociedade brasileira. Eles defendem apenas os seus interesses e os de seus financiadores. As grandes empreiteiras, bancos, frigoríficos, indústria armamentista... Agora teremos que dobrar a mobilização. Só vamos mudar algo com pressão popular”, destacou Eduardo Mara.

Em 2013, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais - fórum de debate formado pela sociedade civil organizada - lançou a campanha do plebiscito. Pela proposta, seriam eleitos representantes do povo para uma constituinte que discutisse e legislasse exclusivamente sobre o assunto.

Em 2014, a Plenária conseguiu reunir 7 milhões de votos a favor da iniciativa. Em seguida, os parlamentares Renato Simões (PT-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP) protocolaram, na Câmara, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1508/2014 para convocar esse plebiscito. Em uma segunda frente, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) protocolou o mesmo projeto no Senado.

“Agora, vamos intensificar a pressão popular para que eles sejam obrigados a colocar esse decreto em votação e aprovar um plebiscito oficial para que o povo seja convocado a decidir se é a favor ou não da realização de uma assembleia constituinte exclusiva e soberana para mudar o sistema político”, concluiu Mara.

Eduardo Cunha recebeu R\$ 6,4 milhões de empresários para se reeleger



1º DE MAIO Sob um sol escaldante, trabalhadores saíram às ruas para lutar por seus direitos

Classe trabalhadora nas ruas

Para protestar contra medidas conservadoras que estão sendo tomadas tanto pelo Executivo quanto pelo Congresso Nacional, a CUT e outras centrais sindicais promoveram, no dia 29 de maio, o Dia Nacional de Paralisações. Em Pernambuco, os trabalhadores realizaram um grande ato público, em frente à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), na avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro, de onde seguiram em caminhada pelo centro do Recife. Nesse dia, várias categorias profissionais paralisaram, como foi o caso dos motoristas de ônibus e rodoviários. Os professores estaduais reiniciaram a greve. No Inkra Recife, os servidores pararam por 24 horas. Pela manhã, os servidores realizaram um ato público na sede do órgão.

A atividade, que aconteceu em todo país, foi uma preparação para uma possível greve geral, que deve acontecer, caso o governo e o Congresso insistam em retirar direitos da classe trabalhadora. As centrais sindicais lutam contra as medidas provisórias 664 e 665, do ajuste fiscal, que restringem o acesso dos trabalhadores a benefícios da Previdência e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como Seguro Desemprego, Abono Salarial e pensões por morte. A MP 665 aguarda sanção presidencial, enquanto a 664 tramita no Senado. Os trabalhadores também protestaram contra o Projeto de Lei (PL) 4330, da terceirização.

A pauta do dia 29 foi a mesma que norteou a comemoração do Dia do Trabalhador. Os trabalhadores foram às ruas defender seus direitos, conquistados a duras penas, e protestar contra a onda conservadora que se instalou no país. Sob um sol escaldante, em pleno feriado, várias categorias profissionais, tanto da cidade quanto do campo, abriram mão de uma programação de lazer para ir às ruas denunciar o retrocesso que se pretende implantar no Brasil.

Em Pernambuco, a concentração começou às 9h, na praça Osvaldo Cruz, de onde os manifestantes saíram em passeata pela Conde da Boa Vista, rua da Aurora, encerrando a atividade com um ato público em frente à sede do governo estadual, o Palácio do Campo das Princesas. “O 1º de Maio é um dia de luta. Estamos aqui para defender a Petrobras, colocar-nos contra a corrupção, contra o golpe, em defesa da soberania nacional e dizer que não aceitamos nenhum direito a menos”, discursou o coordenador do MST em Pernambuco, Jaime Amorim.

Com cartazes e faixas contra o PL 4330 e as MPs 664 e 665, em defesa das reformas política e agrária, e em apoio à greve dos professores de várias capitais, os trabalhadores mostraram para a sociedade os riscos de retrocesso no país. Durante todo o percurso, denunciavam os deputados que traíram os trabalhadores nas votações da Câmara. Ao chegar ao Palácio do Campo das Princesas, houve a tentativa, por parte de policiais, de impedir a entrada do carro de som, dando início a um começo de tumulto. ◀



29 DE MAIO Paralisação de 24 horas no Inkra Recife. À tarde, protesto e passeata no centro do Recife

Congresso Nacional declara guerra aos trabalhadores

O Congresso Nacional declarou guerra à classe trabalhadora. Sob o comando do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Câmara dos Deputados aprovou, no início de maio, as Medidas Provisórias (MPs) 665 e 664. Isso depois de ter votado, no final de abril, o Projeto de Lei (PL) 4330, que amplia a terceirização para todas áreas das empresas. As MPs 665 e 664 fazem parte do pacote de ajuste fiscal elaborado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

“Essa questão de ajuste fiscal, que o governo está colocando, não foi debatida com a sociedade. O que acontece com as MPs 664 e 665 é a retirada de direitos dos trabalhadores e nós não aceitamos que nenhum ajuste seja feito na conta dos trabalhadores”, destacou o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas. Os dirigentes da CUT visitaram os gabinetes de diversos senadores para pressionar contra o PL 4330 e a MP 664, que já tramitam no Senado.

Aprovada no Senado no final de maio e à espera da sanção presidencial, a MP 665 aumenta o tempo de trabalho para que os trabalhadores possam solicitar, pela primeira vez, o seguro-desemprego. Agora o prazo para receber os benefícios será de 12 meses e não mais seis meses. Essa MP estabelece também um tempo mínimo de seis meses de trabalho para o trabalhador ter acesso ao abono-salarial, que passa a ser proporcional aos meses trabalhados. Antes, todos recebiam um salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhados com carteira assinada.

Já a MP 664 estabelece um prazo mínimo de 18 meses de contribuição para que a pensão por morte seja concedida para o cônjuge ou companheiro – a Lei de Benefícios da Previdência Social, alterada pela MP, não estabelecia tempo de carência. A medida também exige um tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável, que foi mantido pelo relator – outra regra que não existia na lei. Caso o segurado morra antes de completar as 18 contribuições ou se o casamento tiver menos de dois anos, o parceiro terá direito a quatro meses de pensão.

“Daqui para frente, todos os dias serão dias de luta. Não iremos descansar um minuto enquanto esse Congresso estiver aprovando projetos e medidas

que sacrificam os trabalhadores. Vamos unir forças em Pernambuco e em todo país para barrar esse ataque promovido contra os trabalhadores. A ampliação da terceirização para todas atividades de trabalho é uma das piores aberrações já aprovadas na Câmara. Além disso, não aceitamos essas medidas provisórias, porque não aceitamos nenhuma retirada de direito dos trabalhadores”, comenta a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Para a CUT, essas medidas, assim como a aprovação a toque de caixa do PL 4330, penalizam os trabalhadores mais fragilizados, em especial os que são o público alvo do sistema de seguro-desemprego e pensão por morte. O mesmo raciocínio vale para os 12,7 milhões de terceirizados que têm seus direitos desrespeitados, péssimas condições de trabalho e renda e ainda tomam calotes dos empresários que fecham as empresas e somem sem pagar sequer salários atrasados. «



Alteração no fator previdenciário favorece futuros aposentados

Em meio ao pacote de maldade contra os trabalhadores executado pelo Congresso Nacional, pelo menos uma das pautas defendidas pelas centrais sindicais foi contemplada: a que trata do fator previdenciário. Na discussão da Medida Provisória 664, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) para fazer alterações no fator previdenciário que irá beneficiar o trabalhador.

Na verdade, a emenda é proveniente de um acordo, realizado em 2009 entre a CUT e demais centrais e o governo Lula. Caso ela seja aprovada no Senado, os beneficiários do INSS garantirão a aposentadoria integral, dentro do teto (4.663,75), quando a soma da idade com o tempo de contribuição chegar a 85 anos, no caso das mulheres, e a 95 anos em relação aos homens.

O fator previdenciário, cálculo usado para a aposentadoria desde a era FHC, reduz, na prática, o valor do benefício de quem se aposenta por tempo de contribuição antes de atingir 65 anos de idade, no caso de homens, ou 60 anos, de mulheres. A emenda foi aprovada em placar apertado: 232 votos a favor e 210 contra. Houve duas abstenções.

“Com o fator previdenciário, o governo FHC retirou uma série de direitos dos trabalhadores. Mas agora estamos dando a volta por cima. Vamos dialogar com todos senadores para que eles mantenham a regra”, destaca a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira (foto).

Para a CUT, a fórmula 85/95 vai melhorar bastante a vida dos futuros aposentados, diminuindo o tempo para se aposentar, e ainda aumenta o valor das aposentadorias. Ao contrário do que muitos estão imaginando, as pessoas não terão de ter 85 anos ou 95 anos de vida para se aposentar. Pelas regras, os homens têm de contribuir 35 anos para a Previdência e as mulheres 30 anos.

A idade para se aposentar pode variar caso a caso, já que muitos começam a trabalhar muito cedo, e tantos outros trabalham alguns

períodos sem fazer contribuições à Previdência.

“O que não muda é a certeza de que com a Fórmula 85/95 os brasileiros e brasileiras vão ter uma situação bem melhor do que a atual”, diz Vagner Freitas, presidente nacional da CUT.

DEDUÇÃO

A MP vai beneficiar aqueles que já têm tempo de contribuição, mas que ainda não atingiram a soma 85 ou 95, por causa da idade. A partir do momento em que esses atingirem o tempo de contribuição, além de a tábua de expectativa de vida ficar congelada, cada ano seguinte de trabalho vai valer por dois.

Um homem com 50 anos + 35 anos de contribuição, por exemplo, somaria 85 anos. Matematicamente, ele deveria trabalhar mais dez anos. Porém, como cada próximo ano de trabalho passará a valer dois, pois serão somados o ano de vida e o ano de contribuição, ele terá de trabalhar só a metade, ou seja, cinco anos, para se aposentar sem descontos.

É importante ressaltar que essa alteração no fator previdenciário foi aprovada apenas na Câmara dos Deputados, ainda precisa passar pelo Senado e ser sancionada pela Presidência da República. «



Cálculo da aposentadoria

A fórmula 85/95 é simples. Os trabalhadores e trabalhadoras vão poder somar a idade ao tempo de contribuição à Previdência para se aposentar sem desconto, dentro do teto do INSS (R\$ 4.663,75)*



Mulheres:
Idade + tempo de contribuição = 85



Homens:
Idade + tempo de contribuição = 95

► Pelas regras, os homens têm que contribuir 35 anos para a Previdência e as mulheres 30 anos

* Fórmula aprovada apenas na Câmara dos Deputados. Falta a aprovação do Senado e a sanção da Presidência da República.

Planejamento quer reajuste de benefícios aquém do esperado

Diante da falta de uma proposta minimamente razoável, o Fórum dos Servidores Federais está longe de chegar a um acordo com o Ministério do Planejamento sobre as negociações da campanha salarial 2015. Na reunião ocorrida no dia 14 de maio, o governo apresentou proposta de reajuste de benefícios aquém do esperado pelos servidores.

A Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento ofereceu R\$ 455 para o auxílio alimentação e R\$ 321,39 para auxílio creche, hoje em R\$ 373 e R\$ 73,07, respectivamente. O governo fez uma simulação sobre os valores da saúde suplementar. O menor valor, que hoje é R\$ 82, passaria para R\$ 110. Já o maior sairia de R\$ 167 para R\$ 204,49.

A Condesef luta pela equiparação dos benefícios com os valores pagos no Legislativo e no Judiciário, já que todos saem da mesma fonte, a União. A confederação também discorda do prazo para implantação dos reajustes. O Planejamento fala em janeiro de 2016, mas a entidade quer junho de 2015, já que não depende de previsão orçamentária.

Na reunião, foi discutida também a regulamentação da negociação coletiva no serviço público. O item faz parte da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que já foi ratificada pelo Congresso e aguarda apenas lei específica com diretrizes. Presente na reunião, o secretário de relações do trabalho do Ministério do Trabalho, Messias Melo, explicou que o tema

tem sido discutido com as centrais sindicais.

Messias explicou também que a situação ainda não foi resolvida por questões políticas. Apesar de o governo já ter entrado em consenso, ainda faltam os estados e municípios fecharem a proposta. Lembrando que a regulamentação será comum às três esferas (União, Estado e Município).

Como não houve entendimento sobre o reajuste dos benefícios e a regulamentação da negociação coletiva, o Ministério do Planejamento se comprometeu em marcar uma nova reunião com o fórum dos federais. Além desses temas serão discutidos outros itens da pauta de reivindicações da campanha salarial 2015. ◀



UNICAP Fórum sobre Questões do Envelhecimento discute direito do idoso

POLÍTICA PÚBLICA

Brasil cada vez mais idoso

As políticas de inclusão para as pessoas idosas tornam-se cada vez mais urgentes em todo o mundo, frente ao acelerado processo de envelhecimento da população. De acordo com o IBGE, o Brasil tinha 21 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos em 2012. A estimativa da Organização Mundial da Saúde é que o país seja o sexto em número de idosos em 2025, quando deve chegar a 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Instituída em 1994, a Política Nacional do Idoso teve por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida. O documento prevê ainda que o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos.

O idoso não pode sofrer discriminação

de qualquer natureza. Na aplicação da lei, as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre os meios rural e urbano deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral.

Para o professor do curso de Direito da Unicap e presidente da Comissão do Idoso da OAB-PE, José Maria Silva, o poder público não assumiu o papel de defensor do idoso. "Revalorizar o papel do idoso na sociedade do século 21 é um dos grandes desafios que os governos e os cidadãos terão pela frente nas próximas décadas", destacou o professor, durante o Fórum sobre Questões do Envelhecimento, realizado no dia 12 de maio, na Unicap.

A Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada em 1994, assegura o Benefício de Prestação Continuada para que todos idosos recebam uma renda mensal, mesmo que não tenham contribuído ao longo da vida para a Previdência Social. A aposentadoria por idade é devida ao assegurado com 65 anos (homem) e 60 anos (mulher) ou 60 (trabalhador rural) e 55 (trabalhadora rural).

"É preciso comprovar que a renda familiar per capita seja inferior a 25% do salário mínimo. O benefício também contempla portadores de necessidades especiais e pode ser requerido nas agências ou unidades avançadas do INSS", destacou a advogada e secretária da Comissão do Idoso da OAB-PE, Ângela Pereira Ramos, que também participou do Fórum. ◀



O país dos homicídios e do encarceramento em massa

A cada ano que passa, o Brasil ganha destaque crescente no cenário internacional como um dos países do mundo onde mais se mata e mais se prende gente. De acordo com a edição de 2015 do Mapa da Violência, no ano de 2012 cerca de 40 mil pessoas foram assassinadas no país por meio de disparos de armas de fogo. De outra parte, estima-se que já conseguimos ultrapassar a marca de 600 mil encarcerados no sistema prisional.

Assim, ano após ano, só faz crescer no Brasil o número de homens e mulheres vítimas de homicídios e, também, de seres humanos colocados atrás das grades, numa espiral que parece não ter fim - o que só faz comprovar a hipótese de que prender mais não soluciona o problema da violência urbana. Pelo contrário, parece indicar a existência de uma relação funcional alimentada por um Estado cada vez mais "penal" e cada vez menos "social".

No entanto, se tais dados já são alarmantes da forma como foram apresentados acima, tornam-se mais chocantes ainda quando olhamos mais de perto, com a lupa do pensamento crítico, as particularidades dessas pessoas assassinadas e encarceradas no solo brasileiro: ser jovem, homem e negro (além de pobre morador de uma favela e/ou periferia) em nosso país aumenta em muito os riscos de ser vítima de um homicídio ou do sistema prisional - um fato que sepulta definitivamente o mito de que viveríamos numa "democracia racial" ou ainda a ilusão de que estaríamos trilhando o caminho de uma "democracia social".

Nada parece indicar a reversão de tal reali-

“Ser jovem, homem e negro em nosso país aumenta em muito os riscos de ser vítima de um homicídio ou do sistema prisional”

Em Pernambuco, o programa de combate à violência levado a cabo a partir do governo Eduardo Campos não faz mais que comprovar a hipótese de que, no Brasil, encarceramento e homicídios (ambos em massa) andam de mãos dadas, reproduzindo o extermínio de homens, jovens, negros e pobres. Com Eduardo Campos à frente do Palácio das Princesas, a população carcerária em Pernambuco triplicou, alcançando o número de 31 mil detentos. Ao mesmo tempo, iniciado o governo do seu sucessor, enfrenta-se a mesma realidade crônica de cerca de dez assassinatos diários no Estado.

Em tal cenário de obscurantismo medieval, as informações que conseguem chegar até nós daquilo que acontece no Complexo Penitenciário do Curado, em Recife, nada mais fazem do que levar ao paroxismo a situação de barbárie existente no país como um todo: 7 mil detentos amontoados num espaço para apenas 2 mil presos, cotidianamente expostos à possibilidade concreta de serem espancados, estuprados, assassinados e decapitados.

Sete mil detentos em sua maioria formada por homens, jovens, negros e pobres, da mesma forma que os mais de 300 assassinados mensalmente no Estado - uma realidade que comprova, por um lado, a natureza seletiva dessas duas modalidades de violência, e, por outro lado, a ineficácia das políticas de encarceramento em massa como mecanismo de enfrentamento da violência urbana. ◀

PELO MUNDO

Penal de morte no Irã

A violação dos direitos humanos no Irã extrapolou todos os limites. Desde janeiro desse ano, mais de 430 pessoas que haviam sido condenadas à pena de morte foram executadas. Entre julho de 2013 e junho de 2014, outras 852 pessoas foram vítimas da pena capital. Diante desse quadro, a Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou a suspensão imediata da pena de morte e mais atenção à dignidade humana e ao direito internacional dos direitos humanos. Reformado em 2013, o novo Código Penal Islâmico manteve a execução de jovens e a pena de morte para atividades como o adultério, repetido uso de álcool e tráfico de drogas.

México discute justiça social

A busca pela igualdade social foi um dos temas abordados na décima reunião sobre a América Latina, no Fórum Econômico Mundial, realizado no início de maio, no México. Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apontou a desigualdade social como o principal entrave ao desenvolvimento dos países e defendeu um pacto entre Estado, mercado e sociedade, no sentido de se buscar o bem comum. A ideia é que se construa uma sociedade com menos lucro, mais justiça social e sustentabilidade ambiental. O evento contou com mais de 750 pessoas.

Esforços concentrados para recuperar TV e rádios universitárias

A TV Universitária, canal 11, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) está lutando contra o tempo. A emissora tem até o primeiro semestre de 2017 para se adequar às regras de transmissão do sinal digital. O estúdio, aparelhos de filmagem e ilhas de edição já foram adquiridos, falta agora o principal, o transmissor. O equipamento custa em torno de R\$ 10 milhões. O processo de compra já foi iniciado, mas pode levar até dois anos para ser concluído. Depois disso será necessário abrir nova licitação para contratar uma empresa para colocar o aparelho em funcionamento.

As rádios universitária AM e FM também passam por dificuldades. A AM (820 KHz), depois de um longo tempo fora do ar, deve voltar a funcionar até o final deste ano. O novo transmissor já foi comprado e corre o processo de licitação para a escolha da empresa que irá instalar o equipamento. A FM (99,9 MHz) mantém sua programação no ar, mas com a ajuda de parceiros e a colaboração de servidores aposentados.

Essa é a realidade do Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias (NTRU) da UFPE: rádios e TV públicas, que poderiam, e deveriam, estar abertas para a sociedade civil - atendendo o que reza a Constituição Federal dentro da complementaridade da radiodifusão pública, privada e estatal -, funcionam de forma precária. Como órgão suplementar da UFPE, o NTRU não possui orçamento próprio e precisa recorrer à universidade, para só depois iniciar o processo de compra.

Além disso, ainda falta mão-de-obra no núcleo, como acontece na maioria dos órgãos federais. Apesar de a universidade ter realizado alguns concursos nos últimos anos, o número de contratações é insuficiente para atender a demanda. “Os novos servidores estão apenas repondo a força de trabalho aposentada”, garante o diretor geral do núcleo, Luiz Lourenço (foto).

REESTRUTURAÇÃO

Está em andamento um projeto de reestruturação do NTRU, que será apresentado à Reitoria da universidade. Ele prevê a duplicação do quadro de servidores, que hoje chega a 70 pessoas, num prazo máximo de quatro anos. Para elaborar o projeto, uma equipe do núcleo viajou para outras emissoras públicas que existem na Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba. A ideia era ter um parâmetro em relação ao número de funcionários e equipamentos utilizados.

Devido à situação precária do NTRU só existem três produções locais permanentes na grade de programação: Opinião Pernambuco (diário), Cabeça de área e Realidades (semanais). Desde 2013, ainda de uma forma tímida, o núcleo tem dado espaço a produções de vídeo independentes, produzidas pela sociedade civil. O horário na grade de programação é gratuito, mas é preciso passar por um comitê de conteúdo. Segundo Luiz Lourenço, não foi possível implantar programas permanentes, mas por temporadas. Em contrapartida, veiculam constantemente programetes nos intervalos comerciais.



“Os novos servidores estão repondo a força de trabalho aposentada”

Terceirização na TVU gera problemas

A falta de mão-de-obra no Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias não é algo recente. Dos anos 1990 para cá foram realizados poucos concursos públicos e o número de servidores contratados não atendeu a demanda da casa. Para preencher essa lacuna, o órgão apostou na terceirização e as consequências foram desastrosas.

A contratação dos terceirizados se dava por meio da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFPE (Fadep). Como não existia verba específica para a terceirização, o dinheiro vinha de parcerias do núcleo com a iniciativa privada.

Mas, o dinheiro que o NTRU arrecadava com as parcerias não era suficiente. Além da folha mensal, era necessário ter reservas para casos de demissões. Por um tempo ainda deu certo, mas, no fim, faltou verba e o núcleo amargou uma crise financeira.

O atual diretor geral do NTRU, Luiz Lourenço, é enfático: “Defendemos concursos públicos”. Ele explica que além de o núcleo não ter respaldo econômico para o processo de terceirização, servidores de carreira poderão contribuir muito mais, já que o vínculo empregatício direto exige mais e permite projetos contínuos.



EQUIPAMENTOS A TVU já conta com maquinário de ponta. Falta começar a funcionar

À espera da Estatuínte

Mesmo diante de tantos obstáculos para se fazer comunicação pública no país, o diretor geral do NTRU da UFPE, Luiz Lourenço, está otimista. Para ele, a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), em 2007, já foi um passo importante, um verdadeiro marco regulatório. As emissoras de TV, por exemplo, se fortaleceram ainda mais com a ideia de rede nacional.

Em Pernambuco, a esperança é que o núcleo seja mais valorizado, a partir da estatuinte da UFPE, que deve reformular o estatuto da instituição. Luiz Lourenço é delegado da estatuinte e conseguiu aprovar três propostas que representam um avanço para o NTRU e para a comunidade acadêmica.

A primeira é que o NTRU mudará de nome. Em breve ele será chamado de Núcleo de Comunicação Pública da UFPE. Outra proposta aprovada foi a criação de um conselho curador com participação majoritária da sociedade civil

organizada. Além disso, está garantido no estatuto o compromisso da universidade com a promoção e prática da comunicação pública.

A estatuinte já foi aprovada, mas falta ser referendada pelo Conselho Universitário para as decisões serem postas em prática e virar lei na UFPE. “O Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias está avançando bastante nessa estatuinte. Parecem ajustes pequenos, mas trazem consigo um compromisso importante de caráter estrutural e ideológico da atual direção”, fala a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Além da estatuinte, Lourenço também fala de outro importante avanço conquistado com a 3ª Semana de Comunicação Pública de Pernambuco. O evento ocorreu no início de maio e foi feito em parceria com sete instituições de ensino superior do Estado, que se comprometeram em incluir disciplinas de comunicação pública nos currículos dos cursos de comunicação.

De Pernambuco para o mundo, nas ondas da web

Os interessados em receber informações autênticas e ouvir música de qualidade agora têm uma nova opção na internet. Foi inaugurada, no dia 16 de maio, a rádio web Multii, com sede no município de Limoeiro, no Agreste de Pernambuco. A rádio tem a sua frente os comunicadores Francisco Barbosa e Ferreira Neto e o programador e comunicador, Emanuel Silva.

Na programação, MPB, música nordestina, pernambucana e programas informativos. A rádio pode ser ouvida em qualquer parte do mundo onde exista sinal de internet. Para isso, o ouvinte deve acessar a página da emissora no Facebook: www.facebook.com/radiomultii. Quem desejar também pode baixar o aplicativo Rádio Multii na Play Store. No dia da inauguração, o programa Agenda Geral, apresentado aos sábados, das 9 às 12h, contou com a presença da coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira, e do diretor de Comunicação do Sindicato, Isac Santos.

“Esse é um novo e importante espaço de debates para que se tenha o contraponto aos grandes meios de comunicação existentes no Brasil, que são, na verdade, grandes empresas que estão do lado de seus anunciantes, dos grandes empresários e os investidores do sistema financeiro”, comentou Graça Oliveira.

A rádio Multii surgiu depois que os comunicadores Francisco Barbosa, que também é diretor do Sindsep, e Ferreira Neto deixaram de apresentar o programa Agenda Geral em uma rádio comercial de Limoeiro. “Antes, só podíamos ser ouvidos por moradores de Limoeiro e redondezas. Agora, com a internet, não temos mais limites”, destacou Ferreira Neto.

Em breve, a rádio ganhará novos programas. *O Conversa de Arquibancada* será um bate-papo esportivo, que irá ao ar aos sábados, das 14h às 16h. *O Pernambuco de Todos os Ritmos* irá tratar da música pernambucana e será veiculada também aos sábados, das 16h às 18h. ◀



CIDADANIA Comunicação alternativa na web

O Cais é de todos

Defender o tombamento da paisagem cultural do Cais José Estelita - um dos poucos locais do Recife em que o horizonte ainda não está fechado por espigões - junto ao Ministério da Cultura (Minc). Essa foi a saída encontrada pelo movimento Ocupe Estelita para enfrentar as arbitrariedades cometidas pelo poder público e empresários locais que acumularam, nos últimos anos, flagrantes desrespeitos à Lei e ao povo pernambucano, na tentativa de consolidar o projeto Novo Recife, um complexo imobiliário capitaneado pela empresas Moura Dubeux Engenharia, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos.

Depois de um longo processo em que ficou clara a falta de interesse da Prefeitura do Recife em aceitar as propostas do movimento para modificar o projeto de construção de 12 espigões de até 40 andares no Cais, a Câmara dos Vereadores do Recife aprovou, no dia 4 de maio, o novo plano urbanístico para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, que libera a execução do projeto. No mesmo dia, o prefeito Geraldo Júlio, durante viagem a São Paulo, sancionou o projeto e, no dia seguinte, sua decisão já estava publicada no Diário Oficial.

Uma das empresas que fazem parte do Consórcio Novo Recife - a Moura Dubeux - doou R\$ 500 mil para a campanha de Geraldo Júlio na eleição de 2012. "Eles vendem a história de que o projeto foi negociado com a sociedade. Fizeram algumas audiências públicas, mas tudo foi um grande teatro. A sociedade apresentou cerca de 200 propostas, mas nenhuma foi levada em consideração", destacou o publicitário Sérgio Urt, um dos membros do Ocupe Estelita.

A aprovação do projeto a toque de caixa e a sua sanção imediata, à distância, foi considerada como um grande desrespeito à população. O fato aconteceu porque o Ministério Público havia enviado um documento à Câmara dos Vereadores solicitando que o projeto retornasse para a Prefeitura, para sanar algumas irregularidades, antes de ser votado. Sem cumprir a orientação do Ministério Público, o presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB), na surdina, resolveu colocá-lo em votação às pressas.

"O que me impressiona é o acinte com que o poder público descumpra as leis. Parece que eles não se dão por satisfeitos em passar por cima de todo o nosso ordenamento jurídico. Eles querem tornar explícito que eles podem fazer isso. Que Lei é para os outros, não é pra eles. O poder público age como uma extensão do poder econômico. Como administrador pú-



Foto: Marcelo Soares

PARA TODOS O Ocupe Estelita defende uma cidade inclusiva, sem segregação

blico dos interesses privados. E isso é uma vergonha. Isso nos remete de volta ao absolutismo, quando os soberanos não tinham a obrigação de se sujeitar às leis. A modernidade foi um marco ao determinar que o soberano tem que, antes de todos, cumprir as leis", comentou a advogada e professora da UFPE, Liana Cirne, durante protesto realizado no Cais José Estelita, no dia 10 de maio.

A votação às pressas foi apenas mais um capítulo da série de irregularidades que envolve o Novo Recife, o qual já tinha sido aprovado sem estudos de impacto ambiental e de vizinhança. Além disso, parte do empreendimento localiza-se em área de importância histórica reconhecida pelo Iphan. O Instituto determinou, por unanimidade, a inscrição da área na lista de Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. Pela lei, essas áreas possuem restrições justamente para possibilitar a vista dos monumentos tombados, cuja paisagem pertence a todos os cidadãos. O Iphan está analisando o tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita, solicitado pelo Ocupe Estelita. Além disso, a linha férrea ainda continua em funcionamento. Ela conecta o Recife à Petrolina, no Sertão do São Francisco. Apesar de todos esses impedimentos, o projeto foi aprovado sem o parecer do Instituto.

UMA LUTA CONTÍNUA

Quando foi lançado, em 2012, o Novo Recife previa a construção de 12 torres, que variavam entre 35 a 40 andares. Depois das modificações, o projeto passou a prever a construção de 15 torres, quatro com 16 andares e 11 que variam entre 33 a 39 andares. "Ao analisarmos o redesenho do projeto observamos que continua com o mesmo viés elitista e segregador. Fizeram apenas uma maquiagem. O Novo Recife continua com um conjunto de prédios altos que estão de costas para o bairro de São José e Coque, reafirmando o caráter excludente desse tipo de projeto e interferindo de forma negativa na paisagem de uma importante área histórica, com intenso impacto ambiental", destacou o jornalista Chico Ludemir, integrante do Ocupe Estelita, lembrando que o Novo Recife prevê a circulação de mais cinco mil carros na região, o que deixará aquela área intransitável.

Segundo Ludemir, as empresas envolvidas no projeto tentam convencer a população de algo inexistente. "Falamos em área pública. Mas quem irá levar a família para passear em um giradouro? A área pública será um espaço de convivência para os moradores dos prédios. Também falamos que vão construir moradias populares. Mas essas moradias estão fora da área de construção do projeto. Defendemos que o local seja um espaço social que aproxime os moradores do Recife ao invés de afastá-los."

Após a manobra da Câmara dos Vereadores e do prefeito Geraldo Júlio em aprovar e sancionar o projeto em tempo recorde, o movimento Ocupe Estelita não descansou. Pelo contrário, voltou às ruas do Recife. Foram realizadas várias caminhadas, mobilizando milhares de pessoas. No dia 10 de maio, um grande ato político-cultural aconteceu na frente do Cais José Estelita, com debates sobre urbanismo e show do artista pernambucano Otto. "Temos um capital humano gigantesco. E esse capital humano é tão brilhante que está conseguindo colocar no bolso o capital financeiro, que é a única coisa que os nossos adversários têm. Temos capital ético porque estamos lutando em defesa da nossa cidade. E não precisamos ter sido eleito prefeito e ganhar cargo nenhum para isso", comentou Liana Cirne. ◀◀